



ELEIÇÕES 2018

Saiba como se deu o processo eleitoral em Sergipe



Audiência pública explica procedimentos de segurança na urna eletrônica



Os primeiros votos e as primeiras urnas



Presidente do TSE homenageia servidores da Justiça Eleitoral

EDITORIAL

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a democracia ganhou forma, e o voto universal, secreto e periódico foi consagrado como cláusula pétreia. A Justiça Eleitoral, desde sua criação em 1932, é responsável pela organização, administração, fiscalização e resolução de querelas judiciais relacionadas ao processo eleitoral.

A edição de novembro da revista PLENARIUM mostra, em sua matéria de capa, o trabalho, a minuciosa preparação e os resultados exitosos da Justiça Eleitoral na realização do 1º e do 2º turno das Eleições 2018. A segurança do processo eletrônico de votação também é tema da presente edição do informativo, que traz matéria sobre a Audiência Pública realizada pelo TRE-SE cujo objetivo foi esclarecer eventuais dúvidas sobre a urna e o sistema de votação/totalização.

Duas reportagens especiais integram o corpo do informativo. A primeira trata do pronunciamento da presidente do TSE, ministra **Rosa Weber**, que fez uma homenagem aos servidores da Justiça Eleitoral pelo trabalho hercúleo na execução das eleições e repudiou as infundadas e levianas acusações sofridas pelos mesmos. A segunda matéria especial faz um apanhado histórico da evolução da votação, desde as primeiras eleições registradas em 23 de janeiro de 1532 até os dias atuais.

A seção ACONTECEU mostra um resumo das atividades ocorridas em outubro no TRE-SE, a exemplo das despedidas dos juízes **José Dantas de Santana** e **Denize Maria de Barros Figueiredo**, que encerraram seus respectivos mandatos como membros da Corte Eleitoral de Sergipe. Destaque-se também a participação do juiz substituto **Joaby Gomes Ferreira**, que integrará a Corte Eleitoral até a nomeação de novo membro efetivo da classe dos juristas e o lançamento do Sistema Justifica, que possibilita aos eleitores encaminhar os requerimentos de justificativa (pós-eleições) pela *internet*, entre outros acontecimentos.

Na coluna MEMÓRIA ELEITORAL, ganham relevo os primeiros passos da formação e consolidação da República, tanto em seu aspecto político e de representação, bem como nas questões atinentes à legislação vigente à época. Mais uma vez, em 2018, a Justiça Eleitoral cumpre seu papel Constitucional de zelar pela higidez do processo de eleitoral, retratando fielmente a vontade do povo depositada nas urnas.

Como de praxe, desejamos boa leitura a todos.



PRESIDENTE

Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargador Diógenes Barreto

JUÍZES MEMBROS

Marcos Antônio Garapa de Carvalho

Áurea Corumba de Santana

Joaby Gomes Ferreira

Dauquíria de Melo Ferreira

PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL

Eunice Dantas Carvalho

DIRETOR GERAL

Rubens Lisbôa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
DRT 1037

REVISÃO

André Frossard
João Lover

COLABORADORES

Luiz Sérgio
Joice Carla

PROJETO GRÁFICO

Bryene Lima
Luigi Abdias

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Aracaju - SE - CEP: 49081-000

#NovembroAzul



Troque o PRECONCEITO pela
PREVENÇÃO

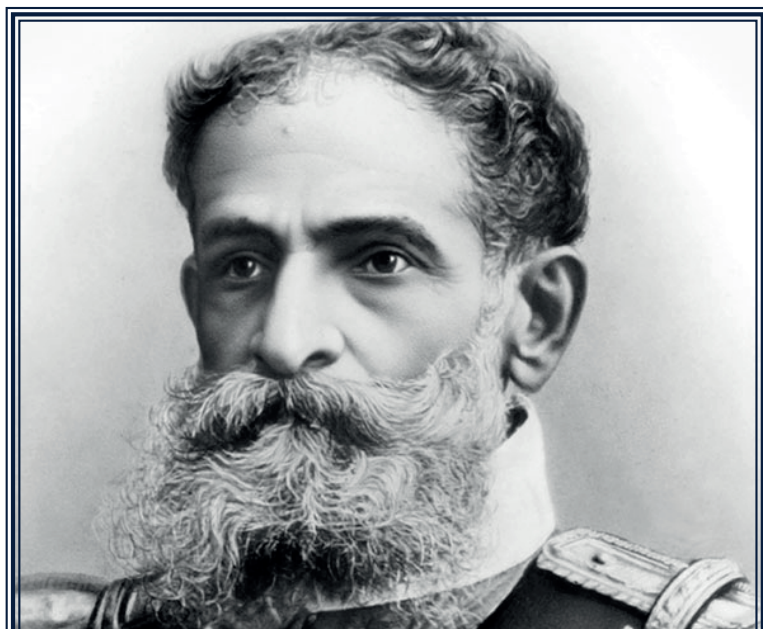
O mês de novembro é reservado para reforçar
a conscientização e a prevenção ao câncer de próstata.

O TRE/SE apoia essa causa. Previna-se!

SUMÁRIO

PRESIDENTE DO TSE HOMENAGEIA SERVIDORES...	5
ACONTECEU.....	6
AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	8
ELEIÇÕES 2018: 1º E 2º TURNO.....	10
OS PRIMEIROS VOTOS E AS PRIMEIRAS URNAS.....	14

MEMÓRIA ELEITORAL



Primeiros passos da formação e consolidação da República

Nos primeiros anos da Proclamação da República, dois grupos defendiam formas de exercer o poder: os civis e os militares. Os civis, representados pelas elites das principais províncias – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul –, queriam uma república que desse muita autonomia às unidades regionais. Os militares defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à autonomia buscada pelos civis.

A Constituição de 1891 definiu cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os maiores de 21 anos. Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram 2,2% da população. Apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação popular continuou muito baixa em virtude, principalmente, da proibição do voto do analfabeto e das mulheres.

No que se refere à legislação, algumas normas vieram a público, mas não alteraram profundamente o processo eleitoral da época. As principais novidades foram o fim do voto censitário e a continuidade do voto direto – modificações que tiveram pouca repercussão, o voto ainda era restrito: analfabetos e mulheres não votavam.

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE NOVEMBRO

01	Lúcia Regina Lima Henriques
01	Maria Angela Gomes Brito do Amor
01	Maria Selma dos Santos Alves
02	José Ferreira da Silva
02	Adonay Pimentel Aleluia Freitas
03	Ana Lucia Oliveira Filipin
04	Ana Cristina Souza Brandi
04	Luciana de Moraes Tavares
04	Josimary dos Santos
04	Maria Teresa Da Costa Pedrosa
05	Antônia Feitosa Gonçalves Santos
06	José Nivaldo Macena de Souza
06	José Adriano Almeida de Souza
06	Izabel Carina Mota dos Santos
07	Adail Vilela de Almeida
08	Maria do Carmo Vasconcelos Pinto
08	Patrício Andrade Menezes
08	Hermano de Oliveira Santos
08	Andréa Fonseca de Melo
09	Maria Nildete Lobão Costa Melo
09	Marcos de Oliveira Pinto
10	José Jorge da Cruz
10	Felipe Duarte Franco
11	Milton Rodrigues Cruz
11	Eunice da Costa Ferrario de Almeida
11	Wilma Rosa Leite Fraga
11	Aprício José dos Santos
11	Luis Gutierrez Ballester
11	Debora Monte Felizola
11	Maria Diorlanda Castro
11	Luiz Leite Calumby
11	Kátia Maria Fontes Teixeira
11	Everaldo Lemos Soares
11	Romário Gomes Santos
12	Elza Maria da Silva Santos
12	Luiz Ferreira Santos Junior
12	Jardel Oliveira de Almeida
13	José Dorivan Farias Santana
14	Sérgio Luiz Perini
14	Maria de Fatima Melo Bonfim
14	Walter Amaral Lemos
14	Rejane de Sá Guimarães Silva
14	Patrícia Evangelista
14	Geisiellem de Oliveira Menezes
15	Eduardo Henrique Leça de Oliveira
17	Selmo Pereira de Almeida
17	Luiz Renato Lima Bitencourt
17	Luiz Frank Ribeiro Lopes
17	Geraldo Antonio de Oliveira
17	Paulo César Souza Cavalcanti
18	Daniela Andrade Santiago
18	Lidia Cunha Mendes de Matos
18	Nadja Januário da Silva
19	Martha Coutinho de Faria Alves
19	Peterson Almeida Barbosa
20	Antônio Edson de Souza Júnior
20	Jorge Marley de Andrade
21	Ellessandro Santos
21	Roberto Lessa Braga
21	Danton Ramos Rocha
23	Ulisses Manoel Andrade de Oliveira
24	Yvonne Cardoso
24	Ana Paula V. do Amaral e Silva Araújo
24	Thalita Teixeira Santos
25	Marta Maria Nascimento Faro
25	Valdirene Silva Leandro Santos
27	Josefa Jaciane dos Santos Gois
28	Josefa Santos Gois
28	José Ednilson Guimarães Santos
28	Nikolla José Aquino Reis
29	Maria Angélica França E Souza
29	Amanda Souto Casado de Carvalho
30	Maria Rosa Sobral de Melo
30	Iracema Almeida Carvalho
30	Mirian Batista Silva
30	Ronaldo Medeiros de Araújo

Em pronunciamento que antecedeu a entrevista coletiva a jornalistas de vários veículos de comunicação no domingo (22 de outubro), a presidente do TSE, ministra **Rosa Weber**, fez uma homenagem aos servidores da Justiça Eleitoral pelo trabalho hercúleo na execução das eleições e repudiou as infundadas e levianas acusações sofridas pelos mesmos.

“Uma especial homenagem aos milhares de servidores da Justiça Eleitoral – um quadro de excelência, com competência ímpar e dedicação a toda prova –, em seu hercúleo trabalho na execução das eleições! Nossos servidores merecem o respeito de todos. E merecem repúdio as



infundadas e levianas acusações que têm sofrido!”, declarou a presidente.

A ministra Rosa Weber conclamou os brasileiros a confiar na Justiça Eleitoral. “É instituição comprometida com sua missão constitucional, verdadeiro patrimônio do povo brasileiro”, disse. A presidente ressaltou que, por mais conturbado que seja o momento vivenciado pelo país, a Justiça Eleitoral mantém postura firme e serena. “A uma semana das eleições, conclamo o povo brasileiro, a todos os eleitores aptos a exercerem o direito ao voto (somos quase 150 milhões) à paz, ao equilíbrio, à tolerância e ao diálogo, para o bem do Brasil. O Brasil merece isso.”

Na avaliação da presidente do TSE, as criativas teses que intentam contra a lisura do processo eleitoral não possuem base empírica, e estão voltadas para a disseminação rápida de conteúdo impactante sem compromisso com a verdade. Ela afirmou que a resposta da instituição, ao contrário, deve ser serena e apresentada após a análise das impugnações

Presidente do TSE homenageia servidores da Justiça Eleitoral e repudia acusações infundadas e levianas

(demandas judiciais). Segundo Rosa Weber, a Justiça Eleitoral não é espectadora de eventos que envolvem as eleições e nem é parte interessada no mérito do desfecho. “A Justiça Eleitoral tem postura institucional, com todas as responsabilidades inerentes”, destacou.

De acordo com a ministra, a missão cidadã da Justiça Eleitoral atribui a ela a condução isenta do processo eleitoral e o cumprimento dos ditames constitucionais. “A Justiça Eleitoral não combate boatos com boatos. Há um tempo para resposta responsável. A Justiça Eleitoral combate boatos com respostas fundamentadas no âmbito das ações judiciais que lhe são propostas, e as ações judiciais exigem a observância do devido processo legal nos exatos termos da Constituição”, enfatizou.

Rosa Weber destacou que aos integrantes da Justiça Eleitoral e auxiliares do Sistema de Justiça cabe assegurar a higidez do processo. Ela registrou a dedicação dos juízes eleitorais em todo o Brasil, ressaltou ainda o trabalho dos dois milhões de mesários, entre convocados e voluntários, que atuam nas eleições.

A ministra reafirmou que o sistema eletrônico de votação é auditável, e qualquer tentativa de fraude, necessariamente, deixaria digitais, permitindo a apuração das responsabilidades. “A Justiça Eleitoral mantém postura calma e serena por mais conturbado que seja o momento e está sempre aberta a críticas construtivas para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral e correção de falhas que venham a ser eventualmente constatadas”, concluiu.

Juiz José Dantas de Santana despede-se do TRE-SE

A sessão do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), da quinta-feira (19 de outubro), marcou a despedida do juiz **José Dantas de Santana**. O magistrado integrou a mesa do Tribunal durante o biênio 2016-2018. Ele recebeu das mãos da Dra. **Denize Maria de Barros Figueiredo** a placa em reconhecimento aos serviços prestados à Justiça Eleitoral.



O presidente do Tribunal, Des. **Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**, ressaltou que todas as discussões havidas com o homenageado, eminentemente técnicas e respeitadas as posições, fizeram bem ao colegiado. "Sempre foi assim, cada um no seu estilo. O senhor tem um estilo diferenciado, equilibrado, calmo. Tivemos discussões sobre posicionamentos, mas o senhor tem meu respeito e minha consideração. Conheci o senhor mais profundamente neste Tribunal, e, pra mim, não foi surpresa a sua competência. O senhor é uma pessoa extremamente ética e tem um comportamento exemplar", afirmou.

Juiz Joaby Gomes Ferreira é saudado pelos membros do TRE-SE



Na tarde da terça-feira (23 de outubro), durante a sessão de julgamentos no plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, o presidente do TRE-SE, Des. **Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**, registrou a participação do juiz substituto **Joaby Gomes Ferreira**, que integrará a Corte Eleitoral até a nomeação de novo membro efetivo da classe dos juristas.

O juiz Joaby Gomes Ferreira atuará em substituição ao jurista **José Dantas de Santana**, que concluiu seu mandato (biênio 2016-2018).

Justiça Eleitoral lança o Sistema Justifica

O Sistema Justifica é uma ferramenta criada pela Justiça Eleitoral unicamente para os eleitores que não votaram e não justificaram a ausência às urnas no dia das eleições, conforme disposto nos artigos 138 e 139 da Res. TSE nº 23.554/2017.

Com o Sistema Justifica, os eleitores podem encaminhar os requerimentos de justificativa (pós-eleições) pela internet. O sistema está disponível no endereço <https://justifica.tse.jus.br>, no site do Tribunal Superior Eleitoral.

Juíza Denize Maria de Barros Figueiredo despede-se do TRE-SE

A sessão de julgamentos do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), realizada quinta-feira (25 de outubro), marcou a despedida da juíza **Denize Maria de Barros Figueiredo**. A magistrada integrou a Corte durante o biênio 2016-2018. E recebeu das mãos da procuradora regional eleitoral, Dra **Eunice Dantas Carvalho**, a placa em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral e à democracia.

O presidente do Tribunal, Des. **Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**, ressaltou que todos os embates jurídicos havidos com a homenageada foram eminentemente técnicos e sempre muito respeitosos.



ACONTECEU ACONTECEU

Presidente do TRE-SE faz visita de agradecimento ao 28º BC do Exército e ao Comando da Polícia Militar



Na segunda-feira (15 de outubro), o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), Des. **Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**, visitou e agradeceu ao comandante do 28º Batalhão de Caçadores do Exército, Cel. **José Fernandes Carneiro**, e ao comandante da Polícia Militar do Estado de Sergipe, Cel. **Marcony Cabral Santos**, pelo trabalho desempenhado durante o primeiro turno das eleições 2018.

Na oportunidade, o presidente do TRE-SE destacou o sucesso do trabalho integrado das forças de segurança durante o pleito. "Tivemos uma eleição exitosa no tocante à segurança. A Polícia Militar somou esforços com as demais forças de segurança para que tudo ocorresse da melhor forma possível, e o Exército esteve sempre de prontidão: isso garantiu ao eleitor votar sem embaraço e livre de qualquer coação", comemorou Ricardo Múcio.



Outubro Rosa

A fim de incentivar a participação da população no controle do nos anos 90, o movimento conhecido como Outubro Rosa. Tal ação com o intuito de promover a conscientização sobre a doença, aos serviços de diagnóstico e tratamento e contribuir para a

Nesse contexto, visando aos cuidados com a saúde da mulher Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), por intermédio Assistência à Saúde e Benefícios – COASA, promoveu, no dia 31 "Outubro Rosa e Saúde da Mulher: momento de reflexão", ministrada pela **Jacqueline Mazzotti**.



câncer de mama, surgiu é evidenciada anualmente proporcionar maior acesso redução da mortalidade.

de maneira integral, o da Coordenadoria de de outubro, a apresentação ginecologista e sexóloga Dra.

Eleitor! Tire todas as dúvidas sobre a segurança das Urnas Eletrônicas

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe disponibilizou, em seu sítio eletrônico, um material completo, no formato de perguntas e respostas, abordando as dúvidas mais frequentes da sociedade a respeito do sistema eletrônico de votação. O documento aborda diversos temas relevantes com didática simples e de fácil compreensão.

O objetivo desse informativo é fornecer esclarecimentos sobre as diversas questões e teorias difundidas pelos meios de comunicação acerca da segurança do processo eleitoral brasileiro, críticas, quase sempre, disparadas sem qualquer respaldo técnico ou legal.

ACONTECEU ACONTECEU

TRE-SE realiza audiência pública sobre procedimentos de segurança referentes ao sistema eletrônico de votação

O objetivo da presente Audiência é prestar esclarecimentos aos interessados acerca da lisura do processo de votação. Lamento profundamente que haja tantas *fake news*, que pessoas utilizem diariamente notícias falsas por falta de conhecimento técnico

Na manhã da quinta-feira (18 de outubro), aconteceu, no plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), a audiência pública para demonstrar a robustez dos procedimentos de segurança relativos ao sistema eletrônico de votação. O presidente do Tribunal, Des. **Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**, iniciou os trabalhos ressaltando que o TRE-SE foi o único órgão do Poder Judiciário a receber o prêmio de excelência em tecnologia de informática e governança. E prosseguiu, "o objetivo da presente audiência é prestar esclarecimentos aos interessados acerca da lisura do processo de votação. Lamento profundamente que haja tantas *fake news*, que pessoas utilizem diariamente notícias falsas por falta de conhecimento técnico".

Em seguida, o secretário de tecnologia da informação do Tribunal, **José Carvalho Peixoto**, explicou como acontece o processo eleitoral, desde seu planejamento até o pós-eleição, em relação à urna eletrônica e ao voto. Mostrou como funcionam os mecanismos de segurança, a fiscalização e a auditoria de segurança, como se dão os processos de geração de mídias e de preparação das urnas. O secretário frisou que o *software* instalado na urna é único, ou seja, o mesmo em todas as urnas do Brasil.

Peixoto também afirmou que, "mesmo que um *hacker* tente acessar a urna, não consegue, pois o sistema trava. Esse teste é feito abertamente em audiência pública no TSE. Qualquer intervenção





perguntas, entre os quais, o senhor Aragão, presidente da Associação de Moradores do bairro Bugio, comunidade com trinta e quatro mil habitantes. O líder comunitário parabenizou o TRE-SE pela agilidade e lisura na condução do pleito 2018. “Quero dar uma sugestão ao Tribunal, acho que seria interessante levar esse tipo de audiência até as comunidades, pois muitos não têm condições de vir”, disse.

A professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Jovanka Leal, relatou que compareceu à audiência pública motivada por uma série de rumores relacionados à possibilidade de fraude na urna eletrônica. “O TRE-

na urna eletrônica, depois que ela está lacrada fisicamente, resultará sem êxito porque tanto os arquivos binários quanto os outros arquivos são criptografados e assinados digitalmente. Caso haja alguma interceptação, o sistema de segurança não aceita”.

Peixoto ainda informou que, depois das eleições, as urnas ficam lacradas até o dia 17 de janeiro de 2019, caso algum partido queira realizar auditoria. Na auditoria, é verificado o lacre da urna, o código *hash*, a emissão do boletim de urna, a emissão do registro digital do voto, a gravação de arquivo de LOG, a conferência da assinatura digital e a votação com os dados do RDV.

Acompanharam o evento representantes de comunidades e associações, servidores do TRT-SE, professores, advogados, profissionais de imprensa de diversos veículos de comunicação e outros interessados.

Após a explanação, os presentes fizeram

-SE abriu as portas para que possamos tirar nossas dúvidas sobre possíveis falhas. Infelizmente, existem os *hackers*, e por isso há tanta desconfiança neste momento. Cabe a nós, eleitores, constatar que o processo é limpo e transparente”, comentou.

Objetivando dar maior publicidade aos seus atos, o TRE-SE disponibilizou, em vídeo, toda a apresentação referente a essa Audiência Pública em seu [canal no Youtube](#).



Resultado das Urnas expressa, mais uma vez, a vontade do povo brasileiro!



Tecnologia a serviço da cidadania

O aplicativo **e-Título** foi bem recepcionado pela sociedade. Em todo o Brasil, 10.235.132 pessoas baixaram o **e-Título**. Em **Sergipe**, foram **147.450 downloads até o domingo (28/10/18)**. Com o aplicativo, foi possível tirar dúvidas em relação ao local de votação e votar usando apenas o smartphone (desde que o eleitor estivesse com os dados biométricos suficientes à identificação).

Já o aplicativo PARDAL, somados 1º e 2º turnos, anotou 852 denúncias. Eleitores de 50 municípios sergipanos utilizaram o aplicativo para prestar notícias referentes a ilícitos. Os municípios de Aracaju (406), São Cristóvão (92), Tobias Barreto (63), Lagarto (47) e Nossa Senhora do Socorro (46) foram os que mais registraram denúncias. No outro extremo, os municípios de Aruá, Cedro de São João, Divina Pastora, Indiaroba, Japoatã, Laranjeiras, Macambira, Malhada dos Bois e Monte Alegre registraram apenas uma denúncia cada.

Comparativo entre o primeiro e o segundo turno

Horário de apuração e totalização dos votos

No 1º Turno, às 20h, um milhão quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e cinquenta e quatro votos (92,37%) estavam totalizados, o que garantiu aferir, com margem de segurança, a necessidade de 2º turno para a eleição do governo do Estado. Às 21h10, 98,76% dos votos tinham sido apurados, e, às 23h18, o TRE-SE concluiu a totalização de 100% das urnas.

No 2º turno, a totalização se deu de forma mais célere. Às 20h44, o TRE-SE concluiu a apuração de 100% das urnas. Por volta das 19h, com aproximadamente 90% das urnas totalizadas, já foi possível saber, com segurança, o resultado da eleição para o governo de Sergipe.

Ouvidoria

A Ouvidoria Regional Eleitoral, cuja magistrada responsável é a juíza membro do TRE-SE **Áurea Corumba de Santana**, registrou 844 solicitações de informações apenas nos três dias que antecederam ao primeiro turno, sendo 599 recebidas no domingo de eleição.

Se, por um lado, as Eleições de 2018 ficaram marcadas pela polarização política, pelas *fake news* e pelo clima de intolerância às opiniões divergentes, notadamente, em relação à disputa da cadeira presidencial, por outro lado, a postura serena da Justiça Eleitoral, o seu comprometimento com a Democracia e a imparcialidade na condução do processo eleitoral permanecem inabaláveis.

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, mais uma vez, cumpriu seu papel constitucional de zelar pela higidez da disputa e retratar fielmente a vontade do povo depositada nas urnas. Em Sergipe, 1.557.058 eleitores estavam aptos a votar nas Eleições 2018. O total de eleitores com algum tipo de deficiência foi de 5.789, destes, 2.553 com dificuldade de locomoção, 1.125 com deficiência visual, e 287 com deficiência auditiva.

Uma novidade nas eleições de 2018 foi a possibilidade de 76 eleitores, que são transexuais e travestis, votarem usando o nome social. Quanto à divisão do eleitorado, as mulheres foram maioria, com 832.878 eleitoras (52,8%), contrastando com os 744.180 (47,2%) eleitores do sexo masculino. O eleitorado sergipano saltou de 1.154.165, em 2014, para 1.557.058, em 2018. O expressivo aumento de 402.893 eleitores representa 34% de crescimento.

Os municípios com maior eleitorado são, respectivamente: Aracaju (407.888 eleitores), Nossa Senhora do Socorro (103.308), Lagarto (72.228), Itabaiana (66.769), São Cristóvão (54.289) e Estância (47.225). Os que apresentam o menor eleitorado: Amparo de São Francisco (2.586), General Maynard (2.603), Telha (3.235) e Cumbe (3.858).



No segundo turno, o número de chamados (123) diminuiu em relação ao primeiro turno. A razão principal deve-se ao fato de que dúvidas frequentes como endereço dos locais de votação e número de seção de votação já haviam sido sanadas no primeiro turno.

Fake news

A ministra **Rosa Weber** conclamou os brasileiros a confiar na Justiça Eleitoral. “É instituição comprometida com sua missão constitucional, verdadeiro patrimônio do povo brasileiro”, disse. A presidente ressaltou que, por mais conturbado que seja o momento vivenciado pelo país, a Justiça Eleitoral mantém postura firme e plácida. Uma

semana antes do 2º turno das eleições, a ministra invocou o povo brasileiro (somos quase 150 milhões de eleitores) a exercer o direito ao voto, de forma pacífica, ao equilíbrio, à tolerância e ao diálogo, para o bem do Brasil.

A Justiça Eleitoral combateu, de forma incansável, as *fake news*, que tentaram desestabilizar a Democracia e minar a confiança do eleitorado sobre o funcionamento do sistema eletrônico de votação. Para sanar as dúvidas do eleitorado, o TSE criou uma [página específica](#) contendo informações técnicas e explicativas acerca dos conteúdos falaciosos.

Em virtude do grande número de notícias falsas que circularam nas redes sociais durante o primeiro turno, o TSE aprimorou a força tarefa responsável por monitorar tais conteúdos. A equipe foi composta por representantes da área de Tecnologia da Informação e da Assessoria de Comunicação do TSE e dos TREs, Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Ministério Público Federal e outros órgãos de inteligência.

Urnas

O quantitativo de urnas se manteve inalterado em relação ao 1º turno. Foram utilizadas **5.137** urnas de seção nos 1.104 locais de votação espalhados pelo Estado de Sergipe. Trinta e cinco (35) urnas foram utilizadas para receber justificativas, e outras 969 ficaram reservadas para eventuais contingências (trocas).

Em relação às ocorrências com urnas, houve pequena variação do 1º para o 2º turno. No primeiro, 143 urnas foram substituídas, isso equivale a 2,78%.



1º Turno





No segundo, houve diminuição no quantitativo de urnas trocadas (116), o número equivale a 2,25%. Boa parte desses dispositivos foi trocada antes do início da votação. É procedimento padrão os mesários testarem os equipamentos às 7h. As poucas urnas com problemas durante a votação foram substituídas rapidamente, de modo que a votação fluiu normalmente em todo o Estado de Sergipe.

Segurança

No primeiro turno, foram apreendidos R\$ 63.523,00 em dinheiro e 53 ocorrências registradas. As ocorrências foram consignadas em 26 municípios, sendo 10 em Lagarto e 8 em Aracaju, locais de maior incidência. As avaliações do presidente do TRE-SE e do Alto Comando da PM foram positivas no tocante aos resultados alcançados.

No segundo turno, o número de ocorrências reduziu consideravelmente. Foram registrados 22 casos, em 14 municípios, sendo 11 com situação de flagrante, nas quais 15 pessoas foram conduzidas à delegacia.

De acordo com o coronel Paiva, subcomandante da Polícia Militar, o 2º turno contou com o efetivo de 3.200 homens e mulheres, que foram responsáveis pela segurança dos eleitores e garantiram o clima de tranquilidade durante a votação. Ainda, segundo o comandante militar, “assim como no primeiro turno, cada veículo da Justiça Eleitoral que transportou urnas e material da eleição foi acompanhado por um policial até o ponto de entrega”, salientou.

Auditoria das urnas

1º Turno

No primeiro turno, em votação paralela, foram auditadas uma urna de **Aracaju** (02ª ZE, seção 494), uma de **Poço Redondo** (28ª ZE, seção 125) e outra de **Tobias Barreto** (23ª ZE, seção 67). A auditoria



em votação paralela funciona da seguinte forma: no dia da eleição, a partir das 8h, os votos constantes nas cédulas (previamente preenchidas) são inseridos no sistema de apoio do TSE e nas urnas eletrônicas que foram sorteadas (urnas autênticas que, se não fossem sorteadas, seriam utilizadas para a votação). Ao final da votação, às 17h, os dados constantes no boletim de urna (BU) foram confrontados com os votos registrados no sistema. O resultado atestou o pleno funcionamento do sistema eletrônico de votação, pois houve a conformidade entre os votos contidos nas cédulas inseridas no sistema e o relatório da urna.

Outras três urnas foram auditadas em relação à integridade dos sistemas: uma em **Nossa Senhora Aparecida** (26ª ZE, seção 60), a segunda em **Estância** (6ª ZE, seção 41) e outra em **Neópolis** (15ª ZE, seção 152). Tal procedimento foi novidade para esta eleição. As três urnas foram auditadas na própria seção eleitoral. Funciona da seguinte maneira: são verificados o resumo da tabela de correspondência, a numeração do conjunto de lacres, a integridade dos sistemas eleitorais, bem como se imprime o relatório *Código Hash* (algoritmo de segurança). Nesse caso, também houve conformidade, atestada pela auditoria, confirmando-se a integridade dos sistemas.

2º Turno

Para auditoria em votação paralela, foram sorteadas uma urna de **Aracaju** (02ª ZE, seção 244), uma de **Propriá** (19ª ZE, seção 21) e outra de **Itabaianinha** (30ª ZE, seção 152). Como no primeiro turno, outras três urnas foram sorteadas para auditoria de integridade dos sistemas, em **Tobias Barreto** (23ª ZE, seção 26), em **Aquidabã** (03ª ZE, seção 99) e em **Itabaiana** (09ª ZE, seção 64). Novamente, em ambas as auditorias, os auditores independentes confirmaram a integridade do sistema eletrônico de votação.





Tribunal. "Registro meus especiais cumprimentos aos mais de vinte mil mesários do Estado, que doaram seu tempo em prol da cidadania e contribuíram sobremaneira para o êxito do pleito", disse.

Ricardo Múcio destacou o trabalho das forças policiais, que, agindo de forma integrada, garantiram a segurança e o clima de tranquilidade durante a votação. "O 28º Batalhão de Caçadores do Exército esteve de prontidão e colocou-se à disposição do Tribunal. E, graças ao minucioso planejamento da Polícia Militar, Guardas Municipais, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Federal, não foi preciso utilizar as Forças Armadas", pontuou.

Imprensa e centro de divulgação das eleições

Objetivando dar máxima transparência em relação aos atos preparatórios do pleito, a Justiça Eleitoral abriu suas portas à imprensa sergipana. Diversos veículos de comunicação (TVs, Rádios, Jornais, Portais de Notícias) tiveram livre acesso, acompanharam os preparativos da eleição, bem como registraram os processos de apuração dos resultados.

Ao longo do ano de 2018, objetivando informar a população sobre seus direitos e obrigações, autoridades e servidores da Justiça Eleitoral concederam 206 entrevistas. Além disso, a Assessoria de Comunicação (ASCOM) produziu 342 matérias jornalísticas, muitas delas reproduzidas pela imprensa local, que deu amplitude ao processo comunicativo entre TRE-SE e a sociedade de Sergipe.

O TRE-SE montou, no primeiro e no segundo turno, uma estrutura para receber jornalistas e possibilitar o livre exercício da imprensa. As empresas de comunicação que se cadastraram para acompanhar a apuração na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe foram TV Aperipê, TV Atalaia, TV Sergipe, TV Alese, G1 Sergipe, F5 News, CBN Aracaju, FAN F1, Infonet, FAN FM, Rádio Cultura, Rádio Liberdade, Rede Xodó, Rádio UFS, Transamérica Boquim e Rádio Jornal.

Mensagem do Presidente

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, desembargador **Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**, agradece o empenho de todos os magistrados, promotores, servidores efetivos e requisitados do

Os Cartórios Eleitorais também foram elogiados pelo presidente: "Os juízes e os servidores das 29 Zonas Eleitorais do Estado merecem nossa especial lembrança. Graças ao trabalho desses valorosos servidores, que receberam suporte das equipes de apoio de servidores lotados na sede Tribunal, foi possível garantir o cumprimento de nossa missão institucional. Merece ser evidenciada a coordenação desenvolvida pelo corregedor e vice-presidente do TRE-SE, desembargador **Diógenes Barreto**, e por sua equipe."

Por fim, o desembargador Ricardo Múcio louvou a postura dos eleitores sergipanos. Para o presidente do TRE-SE, "o comportamento ordeiro e pacífico é característica do povo de Sergipe. Nossa gente é engenhosa, inventiva, sensata e observa as leis, de sorte que nos resta apenas enaltecer a conduta dos 1.557.058 eleitores do Estado", concluiu.



2º Turno







A primeira eleição em terras nacionais aconteceu em 23 de janeiro de 1532. Moradores da Vila de São Vicente, em São Paulo, elegeram o Conselho Municipal.

Ainda estávamos na época colonial, e as eleições aconteciam dentro de igrejas. O voto foi indireto, ou seja, escolheram as pessoas que elegeriam o conselho. Os votos eram postos em **pelouros**: bolas de cera nas quais eram depositados os votos. A apuração era feita oito dias depois do Natal, conduzida por um juiz.

A partir de 1821, o voto não é mais separado em cada município, passa a ser de caráter nacional. Homens livres de 25 anos (ou 21, pra casados e militares), alfabetizados ou não, elegem representantes para atuar na Corte Portuguesa. O voto não era secreto, e não havia partidos.

Em 1824, já independente de Portugal, o país ganha a primeira legislação eleitoral, seria eleita a assembleia que contribuiu para elaborar a Constituição desse ano (a primeira do Brasil). Em 1881, é promulgada a Lei Saraiva, de autoria do ministro José Antônio Saraiva. Passa a ser obrigatório o cidadão ter o título de eleitor, a eleição passa a ser direta pra vários cargos. Nessa época, os processos eram bem falhos e sem grande fiscalização.

Com a lei Saraiva, o processo eleitoral sai da igreja. O eleitor deveria ter mais de 21 anos de idade, ser alfabetizado e ter renda maior que 200 mil réis anuais. Nessa época, a apuração demorava meses, pois as cédulas viajavam o Brasil inteiro para chegar ao Rio de Janeiro, onde eram contadas.

Nos tempos imperiais, eram utilizadas para a votação **urnas de madeira**, isso ocorreu até a década de 50. O voto era depositado numa abertura na parte superior e retirado pela parte inferior, a urna tinha uma espécie de alçapão com fechadura.

A Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889. Em 1891, foi promulgada a primeira constituição republicana, que determina pela primeira vez o voto para presidente. No entanto, o marechal Deodoro da Fonseca foi eleito de forma indireta. A República Velha (1889 a 1930) foi classificada como "república do café com leite",

Os primeiros votos e as primeiras urnas

O objetivo da narrativa a seguir é mostrar sinteticamente o histórico do processo eleitoral no Brasil, de modo que o cidadão tenha subsídios para formar opinião, por meio de análise crítica a respeito da importância do direito ao voto e da segurança do processo eleitoral.



período em que os políticos paulistas e mineiros se alternavam no cargo. Segundo a historiografia, nessa época, houve a prática da eleição a "bico de pena", uma vez que o voto era aberto e não secreto, o eleitor divulgava o candidato pra ser registrado pelo mesário. Na prática, gente morta votava, a mesma pessoa votava em várias seções, o voto era alterado na hora da escrita, havia o chamado "cabresto" (que era o controle do voto pelos coronéis).

Da máquina de votar à urna eletrônica

A Justiça Eleitoral foi instituída em 1930 e passa a organizar o processo de votação. Na década de 30, as mulheres começaram a votar. O primeiro Código Eleitoral brasileiro, de 1932, já previa que a eleição ocorresse por meio de uma "máquina de votar". Segundo o *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na década de 1960, Ricardo Sócrates Puntel "inventou e apresentou ao TSE um modelo de máquina de votar que nunca chegou a ser usado". Essa máquina tinha duas teclas e réguas pra mostrar os cargos e começou a ser montada em 1958. Ainda no ano de 1932, foi instituída a **urna de metal e madeira** pra guardar os votos.

As urnas de lona foram utilizadas pela Justiça Eleitoral entre as décadas de 1950 até o ano 2000, quando todo o eleitorado brasileiro passou a votar com a urna eletrônica. Eram dois os tipos de urnas de lona: a) **urna de lona branca**, esse tipo foi utilizado até 1974. Era um recipiente confeccionado em tecido de lona na cor branca, com um mecanismo de fechamento com zíper e um sistema de lacre feito com selo de chumbo, passado por uma alça de arame trançado, ainda, chaveado por um cadeado na parte frontal; b) **urna de lona marrom**, utilizada a partir de 1955, a estreia foi na eleição presidencial vencida por Juscelino Kubitschek. O equipamento tem tampa móvel fechada a chave e substituiu definitivamente o modelo anterior, em lona branca, a partir dos anos 70.

Em 1955, surge também a primeira cédula eleitoral oficial. Ainda hoje, há na Justiça Eleitoral as urnas de lona marrom, as quais são utilizadas somente (votação manual) se não for possível votar pela urna

eletrônica, depois de adotadas todas as medidas de contingência na seção. Os períodos eleitorais de 1937 a 1945 (o Estado Novo de Getúlio Vargas), 1964 até 1985 (o regime militar), proibiram eleições diretas pra cargos majoritários nacionais. A ditadura militar dissolveu o Congresso Nacional e só dois partidos foram permitidos por vários anos: a ARENA e o MDB. O povo brasileiro exigiu o retorno do voto direto em 1983 e 84, o que se consolidou com a Constituição de 1988.

O início da tecnologia

Em 1986, começa o cadastramento único de eleitores, com dados informatizados de 70 milhões de eleitores. Em 1988, acontecem eleições diretas municipais. O voto ainda era completamente manual (cédulas em papel), a contagem era demorada. Em 1989, houve a eleição presidencial, e, no primeiro turno, o município de Brusque-SC virou destaque nacional por ter a apuração registrada antes do resto do Brasil. O motivo? Os votos foram feitos em um computador adaptado e com um *software* inovador. Como o sistema não era oficial, o voto foi contado também pelo processo tradicional, e o resultado bateu. Nas eleições municipais de 1990, outra seção de Brusque foi informatizada agora até com terminal pra apuração. Representantes do TSE foram à cidade conferir o feito, mas o projeto não foi adiante. Em 1994, o TSE estreou o processamento eletrônico dos resultados com recursos da Justiça Eleitoral. Essa rede, que nasceu antes da urna, é um dos fatores que deu rapidez a divulgação dos resultados.

O nascimento da urna eletrônica

Em 1994, uma equipe de especialistas assume o projeto da **urna eletrônica**. Os escolhidos eram denominados de "os ninjas", batizados assim pela ascendência japonesa da maioria. Seus nomes: Paulo Nakaya, Osvaldo Imamura, Mauro Hashioka, Antonio Marcondes e Giuseppe Janino. Três deles eram técnicos do Inpe, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, um analista da CTA, Centro Técnico da Aeronáutica, e um servidor do próprio TSE, o Giuseppe, atual secretário de TI do TSE. Usar um PC foi descartado, por não ser considerado seguro. Começa-se o projeto do "coletor eletrônico de voto", ou CEV, rebatizado com o nome urna eletrônica. Em 1996, a primeira eleição com a urna eletrônica. Em 57 cidades, votariam 200 mil eleitores. O modelo de 1996 era fabricado pela OMNITECH e tinha uma impressora acoplada que imprimia o voto, que, depois, era depositado numa urna de plástico. Isso foi abolido em 98, voltou em 2002 e foi substituído em 2004 por um registro digital.

PARABÉNS,

SERVIDORES DA JUSTIÇA ELEITORAL!



O QUE MOVE
O MUNDO
SÃO AS PESSOAS,
O QUE MOVE O
TRE/SE
SÃO NOSSOS
SERVIDORES

